



Expresso

18-01-2020

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 360 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 5

Montepio Buscas três anos após acusação do supervisor

Em 2015, Tomás Correia negou amizade com José Guilherme e ainda que o banco tivesse financiado o filho do construtor

O Banco de Portugal (BdP) concluiu, há quase três anos, que havia razões para acusar António Tomás Correia por alegadas irregularidades cometidas em operações concedidas pela Caixa Económica Montepio Geral, hoje apenas Banco Montepio. Entre elas estava o financiamento a Paulo Guilherme, crédito que foi utilizado depois para capitalizar a própria entidade bancária, mas também operações ligadas ao seu pai, José Guilherme, o construtor civil que deu €14 milhões a Ricardo Salgado. Contudo, apesar de os factos em causa terem ocorrido entre 2011 e 2014, só em 2020 levaram a buscas ao banco e à sua acionista, a associação mutualista.

O financiamento do Finibanco Angola, que pertence ao Banco Montepio, a Paulo Guilherme, no final de 2013, tinha sido já mencionado na acusação de 2017 do BdP a Tomás Correia e a outros sete ex-gestores do Banco Montepio por irregularidades no processo — o caso acabou numa condenação e na aplicação de uma coima de €1,25 milhões, em fevereiro de 2019, ao ex-banqueiro. Tomás Correia, que saiu da mutualista no fim do ano, impugnou para o Tribunal de Supervisão, que anulou o processo, obrigando a um recurso do BdP para que o julgamento seja retomado.

Nesse processo, o supervisor olhou para as questões internas e para a legislação bancária, mas, agora, para a Justiça, as operações envolvendo Paulo Guilherme podem mesmo configurar práticas criminais.

No comunicado sobre as diligências desta semana, a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Judiciária revelaram que queriam obter “prova relativamente a operações bancárias realizadas por clientes entre 2011 e 2014, bem como documentação relacionada com estas operações”. Nesta fase, não há arguidos, mas há suspeitas sobre factos que podem configurar crimes de burla qualificada, branqueamento e fraude fiscal qualificada, num caso em que estão envolvidos o Fisco, o BdP e a Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ.

Em 2015, na SIC, Tomás Correia tinha negado que tivesse emprestado montantes para que Paulo Guilherme e Eurico de Brito (que, segundo a imprensa, é seu sogro) depois colocassem dinheiro no fundo de participação criado pelo próprio Banco Montepio para se capitalizar. “O Montepio não pode sentir-se desconfortável porque tinham disponibilidades financeiras e entenderam que aplicar essas disponibilidades em unidades era um bom investimento. Se há risco é da parte do investidor”, afirmou, na altura. “Não tenho amizade com o Sr. José Guilherme, não tenho nada disso, não foi negociação nenhuma”, assegurou ainda Tomás Correia, que a Justiça suspeita, num outro processo, que tenha recebido €1,5 milhões do construtor. D.C.